

Nós também roubamos

A Câmara dos Comuns, equivalente, na Inglaterra, à Câmara dos Deputados aqui no Brasil, confirmou esta semana o que já vínhamos comentando a algum tempo em artigos anteriores: a política corrompe e independe do lugar. Seja lá, seja aqui, representar o interesse da coletividade não é a prioridade para homens de espírito fraco e ética titubeante. Basta uma pequena fenda, uma tropeço inicial, e os interesses individuais assumem o comando das ações. Os escândalos do parlamento inglês, que vieram à tona no noticiário esta semana, são muito parecidos com aqueles que nós brasileiros já estamos acostumados a ver por aqui. O uso indevido dos recursos públicos em prol do interesse pessoal, ou seja, o roubo do erário público, constitui, na essência, a bandalheira e a gatunagem que impulsionam as ações dos corruptos. O dinheiro enfeitiça políticos cambaleantes – e alguns não políticos também – e, aqui no Brasil, isso é assumido como uma praga tão forte que parece ser comum e normal não punir os parlamentares que se deixam envolver por ela. Coitados! Foram todos vítimas da tentação e do desejo pela vida fácil. Errar é humano, ser tentado e ceder também, é assim que pensam o rol de privilegiados que cedem, costumeiramente, à oferta das forças vaidade e do senso de oportunismo proporcionado por um cargo público.

“Eu vou me *adiantar* enquanto posso” é a regra geral, seja na Inglaterra, seja no Brasil. “Vou aproveitar que os riscos são baixos e que a punição é branda”, pensam outros em outras partes do mundo. Os verbos são muito semelhantes: “aproveitar”, “adiantar”, “tirar vantagem” e são sempre conjugados conforme os interesses e oportunidades da ora. Alguns políticos só sabem pensar na “primeira pessoa”, não conseguem conjugar um verbo mais altruísta, não lhe passam pela mente o “nós”, o “eles”, e agora também uma variação menos singular do “to be”. Mas, existem diferenças básicas de lá para cá: o parlamentar inglês, na maioria das vezes, adota a prática de auto-punição quando é pego com a boca na botija. Costumeiramente, sabe que comprometeu para sempre o seu futuro político. No Brasil não, aqui o pressuposto básico é o da falta de memória dos eleitores, da possibilidade da reeleição infinita, basta para isso que, ali mais adiante, faça a partilha com meia-duzia de eleitores e cabos eleitorais igualmente corruptos, do fruto da sua apropriação indébita.

Eleitor que se deixa corromper também rouba. Rouba da democracia as parcas oportunidades que ela tem de dar certo.

Sérgio Peixoto Mendes, filósofo.
Contato: autor@sucatinhas.com.br
POA - RS